

A POÉTICA DA ECONOMIA COMO LINGUAGEM ARQUITETÔNICA BRASILEIRA

Ensaio

Ricardo Ferreira de Araújo¹**Resumo**

O presente estudo teve o objetivo de compreender e apontar os conceitos que determinam a poética da economia na arquitetura, a partir das abordagens de Sérgio Ferro, Pedro Fiori Arantes e Ana Paula Koury. Trata-se de um ensaio teórico, realizado a partir do debate arquitetônico brasileiro, cuja concepção assentou-se no pensamento cultural, social, político, econômico e artístico dos anos 1960. As análises demonstraram que a poética da economia é assentada em três fatores distintos: mínimo útil, mínimo construtivo e mínimo didático, os quais propõem soluções econômicas de baixo custo, uso de tecnologias construtivas alternativas, não convencionais e livres de supérfluos, bem como decisões pautadas na economia de meios, direcionada a resolução dos problemas de moradia popular, em contextos marcados pelas desigualdades econômicas e sociais. Esses fatores foram criados para sistematizar a qualidade das construções populares no Brasil. Após as ponderações, depreendeu-se que a poética da economia pode marcar caminhos para além dos modelos hegemônicos, transformando-se numa vertente construtiva que propiciou a renovação da arquitetura moderna brasileira.

Palavras-chaves: Grupo Arquitetura Nova. Poética da economia. Arquitetura moderna brasileira.

POETICS OF ECONOMY AS A BRAZILIAN ARCHITECTURAL LANGUAGE**ABSTRACT**

The study serve to understand poetics of economics in architecture, studied in three authors: Sérgio Ferro, Pedro Fiori Arantes and Ana Paula Koury. This is a theoretical essay, performed through systematic searches in books that reported the Brazilian architectural debate in the 1960s, they were not limited because the language or date of publication. In the poetics of the economy, there is three factors: useful minimum, constructive minimum and didactic minimum. These factors propose low cost economic solutions, use of alternative, unconventional construction technologies, free from superfluous. Based on the economy, the architects Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império hoped solving the issues in popular housing in Brazilian contexts, looking for economic and social inequalities. Poetics of economics can do constructions beyond hegemonic models, becoming a way to renewal of modern Brazilian architecture.

Keywords: Arquitetura Nova Group; economics factors; modern Brazilian architecture

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente e Coordenador do Curso de Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Unifacisa – Centro Universitário. E-mail: ricardo.araujo@unifacisa.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto traz uma análise acerca da poética da economia na arquitetura, proposta pelos arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, integrantes do Grupo Arquitetura Nova (GAN). Os respectivos arquitetos, apesar de apresentarem personalidades distintas, compartilhavam uma concepção de arquitetura assentada na ação cultural, social, política e econômica, na qual buscava ultrapassar as práticas construtivas improvisadas para dar à casa popular o culto à arte e a técnica difundida pela arquitetura moderna. A atuação do GAN se deu no ambiente repressivo da ditadura militar após o Golpe de 1964, período de falência do projeto nacional desenvolvimentista, elevando as experimentações do grupo por seu caráter coletivo, popular e de resistência política.

Para Koury (2003) a poética da economia na arquitetura se apresenta como uma expressão estética, uma postura política e profissional, pautada nas condições sociais e econômicas impostas pelo projeto de desenvolvimento nacional, assim como no pensamento cultural e artístico brasileiro dos anos 1960. Ademais, a autora ainda ressalta que o cinema, o teatro e as artes plásticas ao defenderem manifestações estéticas que denunciavam a miséria nacional, resistiam às expressões exógenas difundidos pela Europa e Estados Unidos. Para a arquitetura, a poética da economia buscava uma forma de expressão autônoma, desvinculada da cultura arquitetônica estrangeira hegemônica.

Nessa perspectiva, a poética da economia vai buscar a racionalização do trabalho no canteiro de obras, e, conseqüentemente, a redução de esforços, a utilização de poucos recursos materiais e uma linguagem arquitetônica baseada em componentes mínimos. Para o GAN a construção civil brasileira devia voltar-se a invenção de soluções econômicas que propiciassem baixo custo, qualidade técnica e expressão plástica.

O empenho dos arquitetos do GAN concentrava-se em resgatar o saber construtivo que estava nas mãos do operário, aditando nos projetos das residências da classe média a dimensão social da arquitetura com base em um sistema diferenciado de produção da construção. Tais aspirações buscavam um horizonte próprio e caminhos específicos, conforme afirma Koury (2003). Pois, elaborar estratégias técnicas, construtivas e didáticas no cenário da ditadura militar, demonstrava um posicionamento crítico do grupo frente ao contexto político, social e econômico brasileiro dos anos 1960.

Esse cenário levou o GAN a formular experiências ligadas a pré-fabricação de elementos leves, de modo a oferecer um pouco de qualidade a habitação popular, trazendo soluções que divergiam do padrão oferecido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), bem como a direcionar críticas ao falseamento do processo construtivo e o uso de materiais de revestimento que encobria o esforço feito pelo trabalhador.

De acordo com Koury (2003, p. 57), “revestir as construções era uma maneira de apagar os vestígios da produção e a marca do operário na obra acabada”. Ou seja, a adoção desses procedimentos era uma forma de ocultar a alienação do trabalho operário e as relações de poder existente no canteiro de obras. Assim, o projeto executivo e o exercício da autoridade técnica do arquiteto eram impostos à revelia da força criadora dos operários, fazendo com que as práticas construtivas correntes escamoteassem todo trabalho feito por eles, em particular o seu fazer arquitetônico.

Dessa forma, a poética da economia na arquitetura despontou a partir da crítica à produção no canteiro de obras, a qual estabeleceu os fundamentos para o GAN elaborar a “nova estética”. Logo, a liberdade para atuar como um setor independente do sistema de produção de ponta, afastado das bases do desenvolvimento técnico e industrial, permitiu ao grupo experimentar um processo construtivo criativo, livre das estratégias de alienação arraigadas na prática profissional, no desenho técnico e no emprego de equipamentos mecanizados, “resgatando conhecimentos e práticas construtivas ligados ao saber dos trabalhadores da construção civil” (FERRO, 2006, p. 61).

Com a poética da economia, as críticas dirigidas às condições de trabalho na construção civil brasileira, a experimentação no canteiro de obra e a perspectiva de outro modo de produção para a arquitetura, foram ganhando espaço no debate arquitetônico brasileiro dos anos 1960, consolidando o caminho para o surgimento de uma vertente essencialmente marcada pela realidade nacional. Posto isto, depreende-se que a poética da economia na arquitetura “tem a intenção de superar as resistências de ordem material, representadas pelo subdesenvolvimento, para efetivar uma proposta social e cultural autônoma” (KOURY, 2003, p. 36) conectadas as expressões artísticas da contracultura brasileira.

Sobre essa questão, é importante ressaltar, que a poética da economia identificou-se com as experiências cenográficas de Flávio Império para a peça “Morte e Vida Severina”, encenada em 1960, com as experimentações materiais e construtivas

da Pintura Nova e da “Estética da fome”, proposta por Glauber Rocha para o Cinema Novo. Segundo Ferro (2006), ao voltar-se às experiências da contracultura, as ideias do grupo visavam atender a carência de recursos das populações pobres que não tinham condições de obter moradia de qualidade, devido ao elevado custo dos materiais construtivos e dos interesses da construção civil atrelados ao modelo econômico dominante. A expectativa do GAN era que a falta de recursos para criação artística deixasse de ser um obstáculo para promover um modo alternativo de morar.

O estudo teve como objetivo compreender e apontar os conceitos que determinam a poética da economia na arquitetura, a partir das abordagens de Sérgio Ferro, Pedro Fiori Arantes e Ana Paula Koury. Trata-se de um ensaio teórico, realizado a partir das ponderações dos respectivos autores sobre a poética da economia na arquitetura, proposta pelos integrantes do Grupo Arquitetura Nova (GAN) nos anos 1960, as quais contribuíram significativamente para delimitação da linha de argumentação adotada na organização do texto. As análises e elucubrações acerca do objeto de estudo, serão apresentadas nas seções seguintes, nomeadas “**A construção da poética da economia na arquitetura brasileira** e “**Os fundamentos da poética da economia na arquitetura**”. Por fim, nas considerações finais, serão exibidos os principais elementos analíticos do ensaio.

3 A CONSTRUÇÃO DA POÉTICA DA ECONOMIA NA ARQUITETURA BRASILEIRA

Para compreender a poética da economia na arquitetura é importante elencar os episódios que marcaram a construção do termo na realidade brasileira ao longo dos anos 1960: 1) o cenário da peça Morte e vida Severina, para o Teatro de Arena; 2) a Estética da fome, proposta por Glauber Rocha para o Cinema Novo, e; 3) a contribuição da visão política e das experiências construtivas do arquiteto João Batista Vilanova Artigas no debate arquitetônico brasileiro.

O primeiro episódio está ligado ao experimentalismo de Flávio Império, um dos integrantes do GAN, que ao propor o cenário da peça Morte e Vida Severina, encenada pelo Teatro de Arena, desvelou novas formas e expressões para a cenografia, que na concepção de Arantes (2002) remetia a

[...] uma “espécie de confirmação” do que deveria ser feito em arquitetura: “materiais simples (saco de estopa engomado e amassado nas roupas, papel e cola nas caveiras de boi) transfigurados pela invenção lúcida convinham mais ao nosso tempo (lugar) do que a contrafação de modelos metropolitanos (ARANTES, 2002, p. 60).

Tais manifestações culturais e artísticas expressavam e difundiam a realidade brasileira da época, que buscava defender e formular um sentido estético e renovador para as diversas expressões nacionais. Assim, foi a partir do projeto desenvolvido para o cenário da peça “Morte e Vida Severina”, que Ferro ponderou que as alegorias de linguagem ali presentes poderiam de forma semelhante ser empreendidas na arquitetura, desde que a proposta arquitetônica tivesse sua ênfase fundamentada na representação de decisões econômicas e valor estético, simultaneamente.

Destarte, o empirismo de Flávio Império configurou-se como o primeiro recurso utilizado pelo GAN para delinear os fundamentos da poética da economia. Todavia, na ocasião, o referido termo ainda não havia sido definido pelo grupo, mas sabe-se que ele se inspirava na economia de meios construtivos para adotar uma expressão estética diferenciada, e, preferencialmente, marcada pela busca de uma identidade nacional.

O segundo episódio refere-se às alegorias presentes na Estética da fome, proposta por Glauber Rocha em seu Manifesto do Cinema Novo, em 1961, dirigido a uma platéia de críticos e cineastas reunidos na Europa para debater o cinema latino-americano. A linguagem cinematográfica revelou a conjuntura da esfera brasileira, trouxe à tona a miséria que permeava no país e assumiu a tarefa de denunciar a falsa realidade propagandeada pelos meios de comunicação durante a ditadura militar.

Trata-se de um manifesto para justificar política e esteticamente os primeiros filmes do Cinema Novo. Nessa perspectiva, a Estética da fome emerge como assertiva de que a carência de recursos materiais e financeiros não era empecilhos para materialização da obra de arte, ao contrário, ela poderia contribuir para a criação de alegorias que levaria a uma linguagem que denunciasses a pobreza e revolucionasse os significados da arte brasileira, bem como seu sentido estético.

As representações simbólicas contidas na Estética da fome repercutiram no pensamento do GAN e na formulação de sua poética da economia. A respeito dessa questão, Arantes (2002, p. 72) afirma que “a “poética da economia” pretende adotar na arquitetura uma perspectiva semelhante à da “estética da fome”. Pois, o autor acredita que

[...] por trás da precariedade assumida, que os levou sem medo a aceitar a pecha de “miserabilistas”, há a *posição*: de reconhecer as condições em que a grande maioria da população é obrigada a enfrentar o problema da habitação, extraindo daí uma solução material para a casa popular e uma resposta expressiva e crítica ao subdesenvolvimento (ARANTES, 2002, p. 72).

Mantendo-se próximos aos debates e questionamentos gerados pela contracultura brasileira, o grupo de arquitetos construiu suas próprias reflexões e proporcionou à prática profissional uma nova perspectiva de atuação, porém acirrada na contestação do regime político, imposto pela ditadura militar. Posto isto, apreende-se que a poética da economia foi concebida a partir do posicionamento crítico e político assumido pelo GAN, frente à conjuntura social e econômica, o qual reconhecia que o problema da habitação e das condições de moradia impostas ao cidadão brasileiro necessitava de soluções urgentes.

Em razão disso, a poética da economia constitui-se uma expressão arquitetônica voltada para casa popular e para a crítica ao subdesenvolvimento, que devia ser compreendida no âmbito da produção arquitetônica e das reflexões que fomentavam as discussões dos arquitetos modernos brasileiros. Dessa forma, depreende-se que as referências iniciais da poética da economia despontaram no contexto cultural e artístico do Brasil dos anos 1960, apoiando-se no debate arquitetônico da época para instituir suas bases conceituais.

O terceiro episódio para ideação da poética da economia encontra-se fortemente vinculado ao debate arquitetônico brasileiro, e influenciado pelo pensamento do arquiteto e mestre João Batista Vilanova Artigas. Na percepção de Cotrim (2017, p. 106-107), Artigas constitui-se o agente responsável pela construção dos argumentos que delimitou uma visão particular da arquitetura, voltada para os “avanços técnico e científico imbricados ao desenvolvimento industrial e ainda seu caráter instrumental para que o arquiteto exercesse sua responsabilidade na sociedade”.

A compreensão de Artigas a respeito do assunto é que a problemática social a ser enfrentada pelos jovens arquitetos brasileiros naqueles anos não devia restringir-se às soluções encontradas na prancheta. Fazia-se necessário avultar o olhar para complexidade dos problemas urbanos brasileiros, particularmente o problema das habitações populares geradas nas cidades caóticas e desordenadas.

Nessa acepção, imbuído pelo pensamento do mestre Artigas, o grupo GAN adere a uma postura política, social e crítica para pensar soluções construtivas alternativas, alegando a necessidade de se pensar e desenvolver técnicas construtivas econômicas, adaptadas à realidade brasileira, bem como profícuas a promoção das transformações sociais. Pois, a ética profissional defendida por Artigas não desconsiderava as ideias compartilhadas pelo movimento moderno, todavia defendia que a atuação profissional deveria manter -se atrelada ao princípio moderno – Orientado para o “máximo de economia na utilização do solo e na construção, a fim de poder resolver, mesmo no nível de um “mínimo de existência”, o problema da moradia” (ARGAN, 1992, p. 264), focando-se, portanto, em questões minimamente necessárias ao desenvolvimento social, como a habitação popular.

A diferença entre as ideias do grupo e o caminho seguido por Artigas estava nos objetivos direcionados à experiência construtiva no canteiro de obras. Pois, Artigas apostava no limite da capacidade técnica instalada no país na indústria da construção civil, enquanto o GAN acreditava em experiências fora do padrão industrial vigente, que buscava “otimizar procedimentos que tinham como objetivo aumentar o desempenho de produção e o acesso à arquitetura” (KOURY, 2003, p. 47), assim como nos serviços oferecidos pelo profissional arquiteto.

Em 1963, o grupo com uma visão mais ampla dos objetivos de sua atuação, vai determinar as bases das suas experiências, e nessa tessitura o termo poética da economia emerge pela primeira vez no debate arquitetônico brasileiro, passando a abranger três fatores econômicos: mínimo útil, mínimo construtivo e mínimo didático, que serão abordados posteriormente, e, por conseguinte, constituem as bases de uma nova estética, conforme afirma Ferro (2006).

Todavia, é importante salientar, que embora o GAN tenha cognominados esses três elementos, a formulação dos conceitos não se apresentavam estruturados de forma explícita, pois as ideias apenas sinalizavam as significações, de modo que, foram delineadas e elucidadas a partir das análises deste estudo. Portanto, a poética da economia se afigura a partir da integração desses três fatores, oriundos das experimentações realizadas pelo GAN no canteiro de obras, que vai ancorar-se em conceitos afiliados ao “absolutamente indispensável”, e, portanto, na eliminação de todo supérfluo.

Dessa forma, a partir dessas referências, a poética da economia vai se desenvolver por meio da correspondência entre os valores da arte e da consciência do

papel do arquiteto como um artista na sociedade, cujas decisões projetuais recaem sobre o espaço, a forma e a didática construtiva, instaurando, portanto, uma nova linguagem arquitetônica.

4 OS FUNDAMENTOS DA POÉTICA DA ECONOMIA NA ARQUITETURA

Para compreender a poética da economia na arquitetura, faz-se necessário aclarar os conteúdos concernentes aos conceitos de mínimo útil, mínimo construtivo e mínimo didático, estabelecidos pelo GAN, os quais estão fundamentados na ideia de síntese construtiva, presente nas experiências do arquiteto Artigas e na crítica às relações de trabalho que envolvia o arquiteto e o operário na produção da construção civil brasileira, tema este recorrente no debate arquitetônico brasileiro.

Posto isto, é importante ressaltar que os fatores *mínimo útil* e *mínimo construtivo* dialogam diretamente com as experiências espaciais e construtivas de Artigas, enquanto o fator *mínimo didático* trata de um conceito referente às relações de trabalho, dentro de uma perspectiva marxista, desenvolvido a partir das reflexões teóricas do grupo GAN (KOURY, 2003).

O fator *mínimo útil* foi utilizado como procedimento para investigar a ocupação do lote, organizar os espaços da moradia, estando associado particularmente à planta livre. Pois, na perspectiva do grupo, os espaços propostos deveriam levar em consideração as situações que se modificavam e interferiam nas relações familiares, na convivência social e na flexibilidade do espaço, de modo a permitir múltiplos usos e adaptações, ou seja, as comutações e integração de ambientes deviam obedecer às necessidades dos moradores. Portanto, o fator mínimo útil determina o espaço minimamente necessário para a implantação de um programa de moradia que tinha como referência o sistema construtivo das abóbadas.

No entendimento do GAN, o fator *mínimo útil* encontra-se diretamente filiado ao conceito *mínimo construtivo*, que, por conseguinte, refere-se à utilização de poucos materiais, como: tijolos cerâmicos ou blocos de cimento e cambotas de concreto, executadas em fôrmas de madeira e argamassa— Técnicas construtivas, facilmente reconhecidas pelos operários da construção civil. Nessa acepção, apreende-se que existe uma relação de dependência entre esses dois fatores.

O fator *mínimo construtivo* propunha o uso de peças pré-moldadas, produzidas no canteiro de obras, a exemplo dos módulos e pré-moldados seriados de qualidade,

bem como a adoção de um sistema de construção que permitisse integrar funções estruturais e de vedação do edifício. Posto isto, salienta-se que o sistema de abóbadas, do ponto de vista técnico, construtivo e estrutural, vai redundar em processos que empregam poucos tipos de materiais e componentes construtivos, a exemplo do bloco cerâmico ou de concreto resistentes a compressão, bem como as vigotas curvas feitas de concreto em fôrmas de madeira, conhecidas como catenária modular.

O *mínimo construtivo* também diz respeito ao fazer construtivo ou ao conceito “moral construtiva”, presente em Artigas, que, por sua vez, está voltada para a construção de uma identidade arquitetônica nacional, que se assentava nas bases da realidade econômica brasileira. Este fator defende que os materiais e as técnicas construtivas deveriam permanecer aparentes e não encobertos por revestimentos cerâmicos, azulejos ou emboços (camada de argamassa que serve de base para rebocos), deixando ainda à mostra instalações elétricas, hidráulicas e toda matéria resistente moldada pelos operários. Os blocos modulares como tijolos cerâmicos ou blocos de concretos eram utilizados com o intuito de evitar os cortes das peças, o desperdício de material e agilizar o andamento do trabalho no canteiro de obras.

Conforme Koury (2003), a opção pelo agrupamento das funções hidráulicas aparentes em módulos independentes da cobertura, resultou na racionalização do percurso dos encanamentos, facilitando o cálculo estrutural das lajes, tornando-se elemento estético da poética da economia.

O fator *mínimo construtivo* também foi empregado na solução dos caixilhos, executados inteiramente no canteiro de obras antes que as alvenarias ficassem prontas. Pois, o sistema adotado permitia uma variação com módulos de ventilação. Ao invés do vidro fixo, colocava-se uma chapa de madeira fixada com dobradiças sobre o caixilho. Estes, por conseguinte, podiam ser posicionados de forma intercalada, de modo a favorecer a luminosidade e a temperatura no interior da construção. As barras de vidro serviam para iluminar e as chapas de madeira para ventilar. A modulação e as medidas de racionalização da construção proporcionavam à aplicação do fator *mínimo construtivo*, que tinha como propósito dar agilidade a execução da obra e reduzir os seus custos.

Essas asserções configuravam-se como elementos poéticos e econômicos a serem empregados na construção popular. O objetivo do GAN era deixar a obra desnuda, revelar todo o processo construtivo e as ações dos operários, a fim de evidenciar um modo alternativo de fazer arquitetura. Essa proposição era também um

recurso utilizado para denunciar os problemas da habitação no Brasil. Ao optar por essa postura, o grupo se contrapunha a outras propostas arquitetônicas do mesmo período consideradas dispendiosas.

Com a adoção da abóbada de tijolos como expressão da poética da economia, o grupo pôde sistematizar ações metodológicas na construção civil, que tinha o intento de preparar o operário para lidar com os desafios da produção durante o desenvolvimento da obra. Ademais, a experiência do operário devia ser superada com uma prática formativa voltada para o processo construtivo da abóbada de tijolos. Por conseguinte, foi a sistematização de sua construção que estruturou o terceiro fator da poética da economia – O *mínimo didático*.

De acordo com Koury (2003) o *mínimo didático* ao buscar a organização do canteiro de obras, através da separação das atividades e de um desenho de produção da construção, devolvia uma relação positiva e artisticamente favorável à relação de trabalho entre arquitetos e operários. Pois, o canteiro de obras bem estruturado, tornava-se uma unidade produtora que impedia atrasos, conflitos e desperdícios. Destarte, ao propiciar a sistematização do conhecimento técnico através de métodos construtivos econômicos e criativos, o *mínimo didático* tornava-se o pressuposto da poética da economia na arquitetura, ou seja, um modo de educar a todos para a economia de meios e poesia arquitetônica, favorecendo o ritmo da obra e o surgimento de uma vertente moderna, forjada na inventividade dos arquitetos brasileiros.

O *mínimo didático*, portanto, correspondia às estratégias e ações que propiciavam a sistematização do conhecimento técnico, o uso dos materiais não convencionais e vislumbravam um modo de produção alternativo. Era o fator que oferecia métodos econômicos criativos para a “fatura” da construção e assumia um caráter inovador na arquitetura e na construção civil brasileira. A troca de experiências, o aprendizado e os recursos didáticos faziam parte das vivências do canteiro de obras, incluindo lições técnicas e construtivas, favorecendo o processo educativo, assim como a capacitação do operário para a efetivação da obra.

A partir das descrições exibidas, apreende-se que esses três fatores se relacionam simultaneamente, fazendo com que todo o processo produtivo da construção encontre a expressão estética e democrática no fazer arquitetônico. Eles implicam na redução de custos e de esforços para o projeto e execução da obra. Pois, a poética da economia tencionava a radicalização dos pressupostos da arquitetura

moderna, particularmente, no que se refere à definição do espaço e defesa de uma ética construtiva orientada para habitação popular e o aprendizado do operário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas demonstraram que a poética da economia foi um termo cunhado pelos arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, associados do Grupo Arquitetura Nova (GAN) nos anos 1960, que apoiados nas experiências do mestre Artigas e em suas reflexões teóricas propuseram uma nova concepção de arquitetura, fundamentada na ação cultural, social, política, econômica e na síntese construtiva. Tal concepção utilizava-se de estratégias e ações voltadas para a sistematização do conhecimento técnico, o uso de materiais não convencionais, econômicos e criativos, que assegurassem um modo de produção alternativo, com foco na mão de obra operária da construção civil.

A partir dessas ideias, o GAN aponta três conceitos (mínimo útil, mínimo construtivo e mínimo didático) que configuram os elementos poéticos e econômicos essenciais para uma arquitetura mínima, propiciando uma nova prática projectual. No entanto, apesar do GAN ter concebido os referidos termos, os conceitos não se apresentavam estruturados de forma explícita, apenas sinalizados nos estudos de Sérgio Ferro, Pedro Fiori Arantes e Ana Paula Koury. Tais formulações foram erigidas durante o desenvolvimento deste estudo, a partir da coleta de dados e reflexões para compreender o objeto colocado em análise.

Sobre essa questão, é importante ressaltar que previamente tinha-se pouco conhecimento a respeito das especificidades e significados desses elementos na produção arquitetônica. Usualmente eles eram entendidos como meios econômicos, que tinham como objetivo promover a qualidade das construções populares edificadas no Brasil, a partir dos espaços integrados, da utilização de poucos elementos construtivos, da expressão da obra desnuda e da didática voltada para os operários. Acreditava-se que com estas abordagens, era possível oferecer, minimamente, poesia à casa popular, tornando a arquitetura acessível a todos.

Ademais, a expectativa do GAN era denunciar os problemas ligados às políticas de habitação no país, as quais não eram tratadas com a profundidade que a realidade brasileira exigia. Ao optar pela poética da economia na arquitetura, o grupo se contrapunha as experiências construtivas de outros arquitetos coetâneos a ele, os

quais optavam por técnicas construtivas dispendiosas, mesmo que a economia de meios e a poesia arquitetônica fossem seus intuítos. O que vai diferenciar as experiências do grupo das propostas dos demais arquitetos da época é a facilidade do acesso à arquitetura e aos serviços oferecidos pelos profissionais as camadas populares.

Destarte, as investigações científicas empreendidas a respeito do assunto revelaram que a poética da economia na arquitetura é uma vertente que pode ser observada em outros contextos, sobretudo na contemporaneidade. Mais do que produto da inventividade do arquiteto moderno brasileiro dos anos 1960, ela se caracteriza por ser uma prática construtiva aberta, marcada por diferentes abordagens, pela democratização do saber arquitetônico, pois ela se desvela nas bases de uma participação popular, podendo ser facilmente aplicada e compreendida como uma estratégia projectual para realidades fortemente marcadas pela pobreza e escassez material.

A poética da economia na arquitetura não é uma linguagem que se apagou no tempo, como tenta nos fazer crer Spadoni (2003). Ao contrário, as experiências de arquitetura que defendem a economia de meios, o trabalho coletivo e uma postura de resistência às práticas construtivas da moda, apesar de não serem numerosas na atualidade, têm se revelado nos contextos socioeconômicos marcados pela miséria crescente, como na África, por exemplo.

A consistência das experiências formatadas para a poética da economia na arquitetura com base nos fatores mínimo útil, mínimo construtivo e mínimo didático, aqui delineados, certamente propiciará uma produção arquitetônica atual mais sintonizada com as necessidades cotidianas das populações carentes, que, por conseguinte, merece ser estudada continuamente para ampliar seus conteúdos e difundir novos repertórios para o desenvolvimento de qualidades arquitetônicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões.** São Paulo: Editora 34 Ltda., 2002.

ARGAN, G. C. **Arte Moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COTRIM, M. **Vilanova Artigas. Casas Paulistas 1967-1981.** Romano Guerra Editora. São Paulo, 2017.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006: 04-200.

KOURY, A. P. **Grupo Arquitetura Nova. Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2003.

SPADONI, F. **A Transição do Moderno – Arquitetura Brasileira nos anos de 1970**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/ FAU-USP (Tese de Doutorado) 2003.

Recebido em 20/Jul/2018

Aprovado em 15/Set/2018